

INFRA-ESTRUTURA:

UM ASSUNTO DE MULHERES!

Por uma integração que garanta igualdade!

Soreya Viana



No Pará, mulheres garantem o transporte das crianças

No continente sul-americano, está em curso a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). A infra-estrutura física é uma das bases para o desenvolvimento sócio-econômico. Ela diz respeito aos elos de ligação territorial que asseguram projetos econômicos, formas de comunicação, intercâmbio de bens e serviços que viabilizam um determinado desenvolvimento das condições de trabalho e vida de amplos conjuntos populacionais, sejam países, regiões, setores ou continentes.

Em geral, a infra-estrutura é pensada para assegurar o transporte de mercadorias do local onde são produzidas até onde são processadas e depois consumidas. É também pensada do ponto de vista militar e geopolítico para assegurar deslocamentos e controle sobre territórios.

O debate sobre a infra-estrutura necessária para uma integração continental com igualdade está na agenda dos movimentos sociais da região. Consideramos a igualdade do ponto de vista das mulheres, e por isso, temos como ponto de partida sua condição social.

A sociedade em que vivemos se organiza a partir de uma divisão sexual do trabalho que separa e hierarquiza o trabalho realizado por homens e mulheres, atribuindo maior valor às atividades masculinas. O trabalho repro-

duutivo (cuidado com as pessoas, alimentação, limpeza) é atribuído às mulheres e o trabalho produtivo é atribuído aos homens. Na verdade, as mulheres conciliam atividades produtivas e reprodutivas, uma vez que estão simultaneamente nas duas esferas. O trabalho de reprodução é realizado pelas mulheres no âmbito doméstico com grande dispêndio de tempo e energia e de forma invisível. E os homens, como grupo social, não se responsabilizam por dividir o trabalho doméstico.

Divisão sexual do trabalho e organização do território

À divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo corresponde uma separação entre espaço público e privado, e entre atividades mercantis e não mercantis. As atividades que não podem ser mercantilizadas são desvalorizadas e consideradas um não-trabalho. O trabalho doméstico sobrecarrega ainda mais as mulheres em condições de pobreza. Além disso, no neoliberalismo, o corte de gastos públicos pelos governos e dos direitos pelas empresas só foi possível pela transferência de atividades necessárias à sobrevivência humana para as mulheres. No enfrentamento das dificuldades cotidianas que encontram para cuidar

de sua família e comunidade, as mulheres se tornaram criadoras e defensoras das saídas coletivas de resistência. Elas se constituíram como gestoras do espaço público social em torno da conquista de equipamentos públicos coletivos nas periferias urbanas, tais como postos de saúde, creches, restaurantes populares, transportes, moradia etc. Despontaram também como lutadoras de frente no meio rural em busca de terra, água, trabalho, reforma agrária.

Como parte da luta das mulheres está o esforço para ultrapassar a sexualização do espaço que atribui que as mulheres se preocupem com o micro e sejam afastadas das preocupações macro-regionais e também das nacionais estratégicas de longo prazo. Como coletivo social, compreendemos, cada vez mais, a importância de estabelecer novas relações entre o espaço privado, comunitário e público para intervir no território do continente, além do espaço local.

A atual lógica de organização do território é pensada para indivíduos masculinos e de alto poder aquisitivo. Isso, de um lado, impõe às mulheres uma ló-

sof
SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA



Arquivo CF-8

Mulheres construindo cisternas, desconstruindo tabus

gica impessoal, e de outro lado, sexualiza, isto é, feminiza áreas de interesse comum. Na verdade, são interesses comunitários, sendo que todos deveriam responsabilizar-se por torná-los apropriados ao bem-estar coletivo. É necessário superar os obstáculos cotidianos que se apresentam na divisão tradicional entre espaço privado e espaço público, e que atingem, sobretudo, as mulheres como categoria social.

As mulheres atuam como sujeitos políticos ativos que demandam participar com voz própria e, junto a outros segmentos populares, decidir como garantir um desenvolvimento duradouro que melhore a qualidade de vida do conjunto da população. Há uma busca para conectar as várias necessidades humanas no território, entender a integração continental do ponto de vista da sustentabilidade da vida e o reconhecimento da centralidade das relações de gênero no modelo.

Através da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE) e outras aliadas, participamos ativamente da luta contra o livre comércio. A luta por uma integração com igualdade nos leva a temas que ocupam os primeiros lugares na agenda da América Latina, em particular, da região sul-americana. Como exemplo, a questão da infra-estrutura.

Modelos hegemônicos de infra-estrutura e conflitos

A globalização neoliberal agudizou os conflitos e a expressão territorial dos interesses de classe, gênero e raça/etnia na orientação do desenvolvimento, na disputa pela economia. Para quem e para quê estão sendo projetados, na América do Sul, grandes investimentos em infra-estrutura? São obras socialmente justas e

ecologicamente sustentáveis? Que interesses estão em jogo?

Os grandes empreendimentos devem deixar de ser assunto apenas de homens poderosos, dos governos e das empresas. As estratégias de sobrevivência asseguradas pelas mulheres em diversos espaços estão constantemente ameaçadas por interesses econômicos. Tais interesses não as beneficiam e produzem obras de infra-estrutura como usinas hidrelétricas, rodovias; que destroem florestas, vitalidade de rios (ou os privatizam), prejudicando a sobrevivência de populações ribeirinhas, agricultores familiares, pescadores artesanais etc.

A água, a energia, a terra para a produção de alimentos, os recursos naturais são elementos que garantem a sustentação da vida e interessa às mulheres, que são as primeiras a sofrer com sua escassez.

Os conflitos manifestados pelos movimentos de atingidos por barragens, movimentos por soberania alimentar, de indígenas pela demarcação de suas terras têm uma razão de ser comum: as bases da vida ameaçadas por interesses do grande capital. Isso é um dos determinantes para que as mulheres protagonizem ou engrossem essas frentes de lutas.

Impactos negativos das grandes obras

Podemos nos perguntar: o que têm em comum a greve de fome do bispo Dom Cappio, contrário à transposição do rio São Francisco, e o fato de o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) ocupar o espaço onde se realizou o leilão da Usina de Santo Antônio no Rio Madeira? A primeira questão comum é que se trata de iniciativas de resistência ao autoritarismo dos mega-projetos traçados sem discussão ou sem participação significativa das populações impactadas. No caso do protesto de Dom Cappio à obra de transposição do Rio São Francisco, fatores aqui abordados são evidenciados na nota de apoio da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) ao bispo: *“Dom Cappio traz à luz o embate entre dois modelos de desenvolvimento: de um lado, o modelo participativo e sustentável, que valoriza a agricultura familiar e a preservação da natureza; e de outro, o agro e o hidronegócio, com sérios prejuízos ambientais e sociais, pois explora o povo e destrói rios e florestas”* (Folha de São Paulo, 14/12/07, A-10).

Especialistas alegam que as águas do Rio São Francisco, após a obra, servirão principalmente para irrigação e uso industrial; uma parte menor será destinada à população. Além disso, as águas desviadas do rio vão passar longe da grande maioria da população rural do sertão. Por outro lado, está em curso, no nordeste, o P1MC (Projeto 1 milhão de cisternas), que constrói cisternas e captam águas da chuva. Hoje, beneficiam mais de 200 mil famílias e esse número deve chegar a 1 milhão.

O que acontece quando uma grande rodovia é construída? Que impactos há na agricultura? Que terras são destinadas às populações deslocadas devido às grandes obras?

Quando se abre uma estrada ou se constrói uma hidrelétrica, a população que ali vive é deslocada, em grande parte das vezes, para reassentamentos enganosos. Além disso, criam empregos temporários sem planejar infra-estrutura de água e esgoto para as populações que vivem nos locais próximos e cidades circunvizinhas. Há um inchaço populacional deixado após o término de grandes obras, que gera desemprego, violência e aumento da prostituição.

Um exemplo é o do município de Abaetetuba, no Pará, tristemente conhecido no final de 2007 por conta do episódio da adolescente presa numa cela - ela foi sistematicamente violentada até a denúncia pública do conselho tutelar local. Até meados dos anos 90, esse era um pacato município produtor de cachaça. A violência cresceu após a abertura da Rodovia Belém-Brasília, a partir dos anos 70: conforme a ampliação da estrada acontecia, os engenhos foram quebrando e a cidade acabou colocada na rota do narcotráfico, empobrecendo e ficando conhecida como “cidade de tábuas”. A pobreza e a violência aumentaram, já que a população havia perdido sua fonte de renda, e esse novo momento não veio acompanhado de uma proposta de diversificação da produção e incentivo à sustentabilidade. (In: *O Estado de São Paulo*, 25/11/2007).

O correto seria um modelo de desenvolvimento acompanhado de uma infra-estrutura que não destrua nossos rios, terras e florestas, e que conectem pequenos empreendimentos sustentáveis do ponto de vista ecológico e social.



Paula Moreno

Obra de Oscar Niemeyer mostra a América Latina “sangrando” de uma mão

A IIRSA

A Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), resultado da primeira reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, em 2000, quer unir fisicamente o continente, com projetos de infra-estrutura nas áreas de transportes, energia e comunicações.

Nos últimos anos, mais de 335 projetos foram acordados, agrupados em 40 grupos de projetos, com um montante total estimado de US\$ 37 bilhões. Seu rol de atuação é pautado por 10 eixos de integração e desenvolvimento definidos conforme os fluxos atuais e potenciais de concentração econômica.

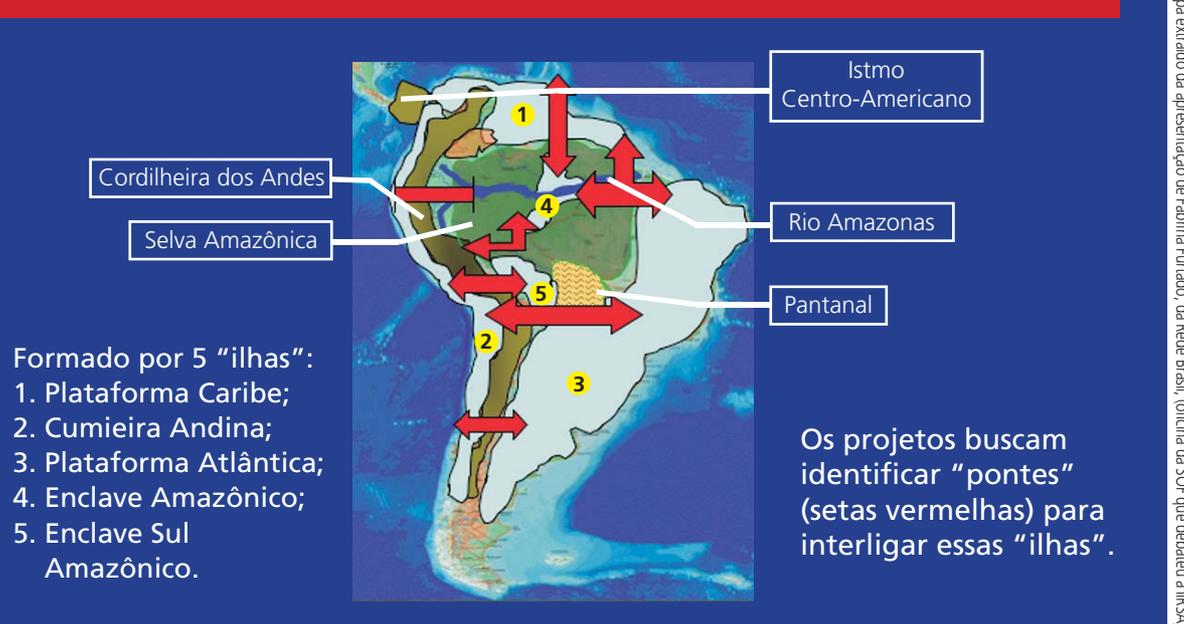
Na área de transportes, pretende-se integrar as diferentes modalidades – marítimo, fluvial, rodoviário, ferroviário e aéreo – com o objetivo de encurtar as distâncias e diminuir o tempo para o transporte de mercadorias. Em relação ao setor energético, pretende-se garantir o suprimento necessário à expansão das atividades eletrointensivas – de produção de alumínio, por exemplo – e outras com forte inserção no mercado internacional. Em decorrência disso, prevê-se a construção de hidrelétricas e de gasodutos que poderão “cortar” o continente, especialmente a Floresta Amazônica, mas que afetam negativa e fortemente outros ecossistemas, como o Pantanal, e regiões, como as maiores bacias hídricas do Cone Sul.

Para as telecomunicações, a idéia é instalar modernos equipamentos que possibilitem maior velocidade na circulação de dados – instalação de cabos de fibra ótica para potencializar o uso da Internet, redes de telefonia celular e TV digital em alguns pontos do território sul-americano.

Outra obra proposta pela IIRSA é o Complexo do Rio Madeira. Seu objetivo é abastecer com energia a região Sul do Brasil, porém, seus impactos nas populações ribeirinhas até a Bolívia seriam muito drásticos. Também foi proposto consolidar uma via de integração internacional fluvial de transporte a qual afeta o desenvolvimento sócio-econômico das regiões de Madre de Deus, no Peru; Rondônia, no Brasil; e Pando y Beni, na Bolívia. Esse eixo centra-se mais em hidrelétricas, enquanto o eixo andino centra-se em transportes.

Os critérios de consolidação dos eixos consideraram: cobertura geográfica de países e regiões; fluxos existentes de saídas de recursos naturais; fluxos potenciais; volumes de investimentos recentes em execução e projetados no curto prazo; interesse e grau de participação do setor privado; grau de sustentabilidade ambiental e social dos projetos. (IIRSA. Otro paso en la explotación de los pueblos y territorios sudamericanos. Programa Uruguay Sustentable - Amigos de la Tierra Uruguay, Fundación Heirich Böll Amperica Latina, 2006)

A IIRSA considera a América do Sul um território descontínuo



Outro exemplo do andamento da IIRSA foi o lançamento, em dezembro de 2007, do corredor bioceânico que unirá o Atlântico e o Pacífico e que envolve Brasil, Chile e Bolívia. A principal obra vai investir no porto de Iquique, no Chile, para uni-lo com obras de ampliação e melhoria da estrada que liga esse porto à Bolívia. Essa obra de infra-estrutura prevê uma estrada internacional que percorrerá também o eixo central andino-amazônico da Bolívia e unirá as cidades de La Paz e El Alto com Cochabamba e Santa Cruz. O objetivo central

é a redução dos fretes de transportes para a importação-exportação. (fonte: notícias UOL, Internacional, acesso 17/12/2007).

Os questionamentos dos movimentos sociais

O debate sobre integração regional no continente, neste momento, traz enunciados gerais que colocam em questionamento as bases dessa iniciativa. Os movimentos buscam um novo equilíbrio entre rural e urbano, entre

Principais razões dos movimentos sociais não apoiarem esse tipo de integração:

- A IIRSA está voltada ao fortalecimento de instituições e mecanismos de mercado, de acordo com diretrizes de Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), como BID, Banco Mundial e FMI.
- A integração da infra-estrutura física está associada à anterior adoção de medidas estruturais pelos países sul-americanos, bem como reforma do Estado (sua diminuição e conseqüente perda de direitos), desregulamentação da economia e privatização de empresas públicas. A IIRSA foi elaborada e está sendo executada como concretização da terceira etapa das reformas estruturais de caráter neoliberal. Esses fatores podem aumentar a dívida externa.
- Essa estratégia logística de “cinturões de desenvolvimento” a partir de “eixos de integração” tende a perpetuar a fragmentação espacial do desenvolvimento, por meio da concentração de investimentos públicos e privados nas partes dos territórios nacionais que efetivamente interessam ao

grande capital por disporem de melhores condições para conectar-se ao fluxo internacional de mercadorias. Devido a isso, a IIRSA tende a agravar as disparidades no interior de cada região e entre diferentes regiões de cada país.

■ Cresce a homogeneização de atividades produtivas para atender ao mercado externo, principalmente, o agronegócio, fato já observado com a expansão da produção da soja e do algodão transgênicos. A monocultura põe em risco a soberania alimentar e a agricultura familiar.

■ O incentivo à construção de grandes hidrelétricas que favorecem grandes grupos privados pode não ser mais eficaz do ponto de vista econômico, pois esconde alternativas com custos financeiros menores que seriam possíveis com a repotencialização da rede energética existente e a possibilidade de utilizar fontes alternativas de energia. (cf. Fórum Brasileiro de ONGs e mov. Sociais p/meio-ambiente; Rebrip; RBJA; RBIFM, 2006).



Arquivo CF-8

Alternativas a partir das mulheres: construção de cisternas para garantir o acesso à água no Rio Grande do Norte

países da região sul-americana, entre regiões de cada país, recompondo todo o arco de preocupações hoje envolvido na dinâmica de fragmentação e hierarquização de interesses impostos pelo modelo econômico hegemônico.

Muito se tem falado em superação do neoliberalismo, de uma integração baseada nos princípios da solidariedade, reciprocidade e complementaridade. Princípios esses que, há muito tempo, foram colocados em debate pela economia feminista, afinal, o continente é marcado pelos efeitos das políticas neoliberais que diminuíram os serviços e equipamentos coletivos e sobrecarregaram as mulheres.

Mecanismos e fóruns de participação dos movimentos sociais têm sido criados e fortalecidos no continente, com a participação ativa das mulheres, em uma diversidade de arranjos, trocas de informação e ações comuns. As mulheres, como as organizadas em torno da MMM e da REMTE, têm somado esforços por uma outra integração.

Hoje, as interações políticas entre atores e atrizes dos movimentos sociais têm se am-

pliado em articulações de movimentos sociais continentais, como a Aliança Social Continental – ASC, o que tem permitido articular diálogos, lutas comuns e informações.

O debate que se coloca sobre a IIRSA é que sua proposta de infra-estrutura não responde aos enunciados gerais desse debate sobre integração. Ela mantém uma dinâmica que permite ao mercado impor a sua lógica no espaço-tempo da globalização e reconfigurar a trama urbana e rural, rompendo ou transpondo montanhas, rios, mares e florestas, enfim, recursos naturais de vários países sul-americanos, sem se preocupar se há ou não a ruptura do tecido social e ecológico.

Mega-projetos X Economia com igualdade

A preocupação com a qualidade de vida, com os equipamentos coletivos, que têm sido a marca da participação das mulheres, já relatada por várias autoras (Calió, 1993 e 2005; Lavinas, 1997), envolve repensar uma infra-

estrutura mais simétrica entre mulheres e homens; entre campo e cidade; com respeito às necessidades das populações tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, dentre outros segmentos e entre países do continente.

Tem sido, em grande parte, pelo esforço de mulheres que todos os movimentos sociais têm alertado para as consequências humanas e ambientais do modelo. No contexto histórico em que vivemos, cada vez mais interessa às mulheres transformar a economia dominante, e para tanto, também opinar e tomar parte na negociação de conflitos de interesses entre países do continente, por um desenvolvimento menos assimétrico. Por isso, o assunto da infra-estrutura deve fazer parte do horizonte das lutas do movimento de mulheres, com um projeto de desenvolvimento com mais igualdade, com cooperação e solidariedade entre os povos.

Nos últimos anos, há uma significativa busca de conexões entre os setores sociais que lutam nas várias frentes por um modelo alternativo de integração que garanta a sustentabilidade da vida humana, tais como a Marcha Mundial de Mulheres, as mulheres da Via Campesina e a REMTE.

Temos mais esse desafio pela frente: conhecer, acompanhar e lutar para intervir nas decisões propostas pelos governos na medida em que se aproximam ou se afastam dessa outra economia, que procura não se ater apenas ao que tem alto valor monetário.

Os movimentos sociais da América do Sul, incluindo o movimento de mulheres, sobretudo através da MMM e da REMTE, não são contra o desenvolvimento e a integração dos povos, mas sim, contra a manutenção do atual modelo que favorece às transnacionais e ao grande capital privado. Uma outra integração, a partir da soberania dos povos, exige um outro modelo de integração física que supere esses mega-investimentos em grandes obras que impactam a vida da maioria de nossos povos: negros, indígenas, quilombolas, mulheres etc.

A lógica histórica de manter os países sul-americanos como plataforma de exportação de produtos agrícolas e extrativistas de nossos recursos naturais tende a se manter com propostas como a IIRSA. Tal processo tem favorecido a concentração de renda, desrespeitando nossos povos, não favorecendo a cooperação e a solidariedade na América do Sul. Do ponto de vista das mulheres, uma outra economia é necessária para um desenvolvimento com igualdade, o que requer repensar os modelos convencionais que governos têm mantido com as grandes obras de infra-estrutura, ou seja, o modelo de mega-projetos.